

COMISSÃO DE COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 2.410, DE 2011 (Do Sr. Taumaturgo Lima)

Acrescenta artigo à Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências”.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

Art. 1º. O art. 3º da Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os demais dispositivos:

“Art. 4º. As representações das entidades mencionadas no artigo 1º desta Lei poderão em seu conjunto realizar, gratuitamente, campanha publicitária genérica visando conscientizar a população sobre o serviço voluntário.

Parágrafo único: A campanha de que trata o *caput* deste artigo poderá ser realizada:

I – Nas emissoras de rádio públicas, educativas e comunitárias – uma vez a cada semestre em qualquer horário, pelo tempo de 05 (cinco) minutos.

II – Nas emissoras de televisão públicas e educativas – uma vez ao ano, em qualquer horário, pelo tempo de 02 (dois) minutos.” (NR).

JUSTIFICATIVA

O Serviço de Radiodifusão brasileiro contempla, segundo a própria Constituição Federal, as modalidades educativa, comunitária e comercial e os sistemas público, estatal e privado.

Nesse diapasão, cabe destacar que as outorgas concedidas para emissoras públicas, educativas e comunitárias são feitas a título gratuito, independentemente de processo licitatório e o outorgado deve comprovar, *a priori* e no caso de emissoras comunitárias e educativas, a existência de entidade que custeie as operações uma vez que a prática de anúncio publicitário pago é vedada nesses veículos. Já no caso de emissoras públicas, estas, que também podem ser educativas, conta-se com dotação orçamentária governamental.

Diferentemente destas, a outorga de concessão ou permissão para exploração de Serviço Radiodifusão Comercial subordina-se a processo licitatório, no qual o outorgado selecionado paga pela outorga e remunera-se através da veiculação publicitária, restrita a 25% do tempo de programação e para a concretização dessa venda depende de que sua programação tenha audiência significativa para potenciais anunciantes.

Por mais nobres que possam ser os objetos há que se considerar que mais de 40 (quarenta) Projetos de Lei tramitam no Congresso Nacional que visam, de alguma forma, suprimir de emissoras privadas tempo destinado à programação custeio de suas operações e resultados do empreendimento, muito além das obrigações a que as mesmas devem se submeter, já estabelecidas no Contrato que celebram com a União.

Se por ventura esses Projetos de Lei e tantos outros similares que não cessam de serem apresentados fossem sancionados perderia o sentido a operação de veículos de comunicação privados brasileiros, dignos de reconhecimento internacional, pelo que produzem, pelo voluntarismo e pelas características operacionais.

Nesse sentido é preciso que paire sobre essa Casa legisladora o espírito da visão sistêmica e da clarividência no que se refere a uma prática que, na prática, tenderá a inviabilizar os veículos comerciais de comunicação social.

Entendemos que a obrigação pretendida pelo nobre deputado Taumaturgo Lima deva se aplicar apenas às emissoras públicas, educativas e comunitárias, uma vez que essas independem de audiência e de mercado publicitário para obtenção de recursos para custeio de operações.

Sala da Comissão, em 01 de novembro de 2011.

Deputado Marcio Marinho